Por Fabson Gabriel

A dissertação de mestrado defendida por José Wagner da Silva no [Programa de Pós-Graduação em Economia do Centro Acadêmico do Agreste \(CAA\)](#) da UFPE revela que não foram encontradas relações de longo prazo entre Produto Interno Bruto (PIB), pobreza e gastos públicos com educação para as regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste. Nas regiões Sul e Sudeste, os resultados mostram o contrário, que existe uma relação de longo prazo entre as variáveis. A explicação para as três regiões onde não foram encontradas relações de longo prazo pode estar no fato de que a variável utilizada como educação é uma medida quantitativa que pode não necessariamente se refletir em qualidade educacional. No Sul e Sudeste, o produto é influenciado pelo aumento dos gastos com educação e vice-versa. Os resultados reforçam um fato histórico: que estas duas regiões concentraram a maior porcentagem de investimento nacional em educação e de crescimento do País.

Para obter os resultados, o economista usou uma série de dados entre os anos de 1977 e 2013 relativos ao PIB, gastos públicos com educação e pobreza. As metodologias utilizadas permitiram determinar as relações de influência entre as variáveis utilizadas. Segundo o pesquisador, o espaço temporal utilizado se justifica pela disponibilidade de dados e pelas transformações sofridas no país neste período. O estudo, intitulado “Relações e efeitos entre educação, pobreza e crescimento econômico no Brasil e regiões: uma análise entre os anos de 1977 a 2013”, foi orientado pela professora Sonia Rebouças da Silva Melo, do Núcleo de Gestão do CAA, e coorientado por Lucilena Ferraz Castanheira Corrêa.

“Educação, pobreza e crescimento econômico são variáveis que se completam e são interdependentes. Estudos que possibilitem a compreensão das interações entre elas podem servir de base para formulação de políticas, fomento ao crescimento econômico com aumento de produtividade do trabalho e redução da pobreza. Esses resultados são tanto mais importantes quando se considera o momento atual do país, quando estão sendo tomadas medidas que podem afetar diretamente o crescimento do produto, o investimento público em educação e, por consequência, os níveis de desigualdade e pobreza”, afirma o pesquisador.

Entre as dificuldades apontadas está a falta de disponibilidade de dados relativos à proporção de pobres. Para a realização do estudo, o pesquisador recorreu ao cálculo do índice utilizando dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), de que foi retirada a linha de pobreza regionais. “Esse fato limitou

o período de tempo utilizado na análise, dado que as Pnads anteriores a 1977 não possuíam as variáveis necessárias ao cálculo do índice de pobreza por região”, pondera.

O pesquisador afirma que a falta de planejamento, obras inacabadas, gastos indiscriminados e decisões políticas – que, por outros interesses, se sobrepõem a decisões técnicas – contribuem para a ineficiência das instituições e para o desperdício do dinheiro público. “A falta de controle e planejamento do governo acaba ganhando ares de ‘falta de recursos’, e esse discurso repetido várias vezes acaba por olvidar o real problema e se toma como verdade, servindo para justificar medidas econômicas restritivas, afetando o crescimento e o desenvolvimento do País. Esses fatos agravam as desigualdades regionais criando um círculo que se retroalimenta, gerando problemas estruturais graves”, afirma.

Para o contexto atual do Brasil, o economista avalia que “as medidas de austeridade que estão sendo previstas, como a desvinculação do aumento dos gastos públicos com educação do crescimento do produto, podem contribuir para uma estagnação ou mesmo retrocesso dos avanços alcançados, colocando em xeque, no longo prazo, o próprio crescimento da economia”.

Mais informações

Programa de Pós-Graduação em Economia (Campus Agreste) □

(81) 2126.7340

ppgecon.economia.caa@gmail.com

José Wagner da Silva

econ.wagner@gmail.com